

ENTORPECENTES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO COMPARADA *

Maria Isabel Jesus Costa Canellas

*Professora Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito de Bauru.
Advogada. Mestra em Literatura Norte-Americana pela Universidade do
Sagrado Coração - USC*

Sumário: 1.- Introdução; 1.1.- Comportamento da legislação pátria ante: Entorpecentes - Lei n. 6.368/76, que revogou o art. 281 do Código Penal; 1.1.1.- Conceito; 1.1.2.- Objetividade jurídica; 1.1.3.- Sujeitos; 1.1.4.- Tráfico e entrega a consumo do entorpecente. 2. Dimensões internacionais de combate aos tóxicos; 2.1.- Normas e organizações internacionais de combate aos tóxicos; 2.2.- Algumas considerações sobre a legislação comparada; 2.2.1.- China e Estados Unidos da América do Norte; 2.2.2.- A indústria da maconha; 2.2.3.- Na Alemanha, Itália e França. 3.- Códigos Penais iberoamericanos; 3.1.- Código Penal de la Argentina; 3.2.- Código Penal de Bolívia; 3.3.- Código Penal de Colombia; 3.4.- Código Penal de Costa Rica; 3.5.- Código de Defesa Social de Cuba; 3.6.- Código Penal de Chile; 3.7.- Considerações finais sobre outros códigos iberoamericanos. 4.- Conclusão. 5.- Bibliografia.

* Monografia apresentada no Curso de Especialização em Direito, Pós-Graduação, *lato sensu*, junto ao Centro de Pós-Graduação da Instituição Toledo de Ensino, em Bauru-SP, no primeiro semestre de 1994, trabalho facultativo à conclusão do módulo de Direito Penal, ministrado pelo Professor Doutor Dirceu de Mello.

I. INTRODUÇÃO

Um dos temas que mais tem preocupado os estudiosos, sem sombra de dúvida, é a toxicomania e, com ela, a repercussão que o comportamento legal tem causado. Médicos, psicólogos, sociólogos e juristas têm, incessantemente, empregado esforços no sentido de oferecer sua colaboração aos poderes governamentais, na busca constante de soluções válidas ao problema.

O advento da lei de combate aos entorpecentes deu aos julgadores a ilusão de que, com as constantes condenações, se eliminaria a toxicomania. Entretanto, o resultado aí está. Nunca houve alastramento tão intenso e tão incontrolável, e em todas as camadas sociais, como o de nossos dias. A problemática atinge, hoje, proporções catastróficas, exigindo o reexame da matéria, não-somente em nosso país, mas, principalmente, a nível internacional.

Não será, jamais, a punição rigorosa e sistemática que irá resolver o grave problema. No entender de Luiz Dourado, **pouco adiantarão castigos, perseguições, internamento em casas de saúde ou prisões, se não houver a indispensável psicoterapia de cada caso**¹.

O presente trabalho tem, pois, o objetivo de tecer algumas considerações sobre tão intrincado problema: *entorpecentes*, destacando tanto o comportamento da legislação pátria ante tais delitos, como examinando também a legislação comparada, em alguns países do mundo; enfocando, principalmente, a toxicomania como uma doença, e que não mais se curam moléstias com métodos medievais, buscando-se, pelo castigo, espantar os maus espíritos.

Por outro lado, ao contrário do viciado, é o traficante um indivíduo que age com vontade determinada. Normalmente torna-se traficante, coroadando uma longa carreira na senda do crime, especialmente contra o patrimônio. Sua personalidade, como dizem os doutrinadores, se assemelha à do estelionatário. Tem tão determinada sua vontade que

¹ DOURADO, Luiz Ângelo. *Ensaio de psicologia criminal*. Rio de Janeiro, 1969, p. 59.

jamais experimenta a substância que vende, dificilmente se tornando dependente.

Tem consciência plena do ato que está a praticar. O elemento **volitivo** está orientado para a ação em sentido contrário à lei, com objetivo perfeitamente delineado: **obter lucro**.

Não diferente é o comportamento do **aliciador** ou do **vaporzeiro**. São traficantes em pequena escala, que buscam na atividade o lucro através da dependência alheia.

Devem ser eles os únicos alvos da lei penal, se é que se queira proteger a saúde pública.

Na atitude do traficante se complementam todos os elementos integrativos do delito e na sua punição se encontram os objetivos teleológicos da lei, quais sejam, os de resguardar a saúde de toda uma população.

Portanto, se a lei antitóxico busca a proteção de todo social, deve atingir apenas o traficante e o aliciador, eis que agem com vontade conscientemente dirigida para a ação contrária à lei, com o fito de obter lucro. O viciado não tem a plenitude de controle sobre os freios inibitórios e, estando a culpabilidade intimamente ligada à imputabilidade, se o agente, por elementos constitutivos de sua personalidade, não tem condições de entender o caráter criminoso do ato que está a praticar, nem de se determinar de acordo com o preceito legal, não pode, ante a justiça, ser punido.

1.1 - COMPORTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PÁTRIA ANTE: ENTORPECENTES - LEI N. 6.368/76, QUE REVOGOU O ART. 281 DO CÓDIGO PENAL.

1.1.1 - CONCEITO

O art. 281 do Código Penal foi revogado pela Lei n. 6.368, de 21.10.1976, que dispôs sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes, ou que determinem

dependência física ou psíquica. O toxicômaco não delinque para melhorar seu **status** social. Fá-lo para satisfazer uma necessidade que se liga à sua componente psicofísica. Daí considerar o crime que pratica como um não-crime, visto que sua conduta deriva de uma necessidade fisiológica, similar à daquele que comete o furto famélico. Sua visão do ilícito é totalmente deformada: após tornar-se um toxicômaco dependente, a necessidade imperiosa justifica, segundo ele, qualquer ação delituosa. Daí a gravidade do problema, não só de natureza penal ou criminológica, configurando, ademais, autêntico desafio pedagógico.

1.1.2 - OBJETIVIDADE JURÍDICA

Tutela da saúde pública, tão ameaçada pelo consumo de tóxicos, como a repressão dos traficantes, grandes malfeitores da humanidade. O crime, nas várias modalidades previstas, é de perigo abstrato. Presume-se sempre o perigo à incolumidade pública, altamente comprometida pelo uso crescente dos estupefacientes.

1.1.3 - SUJEITOS

O crime é comum, podendo ser sujeito ativo qualquer pessoa, até mesmo o viciado. Se se tratar de farmacêutico, médico ou dentista e a conduta relacionar-se com o exercício da profissão, a pena é agravada. Sujeito passivo é a coletividade, duramente golpeada pelo mal, que está a atingi-la cada vez mais, ao lado das famílias dos viciados e das pessoas lesadas em sua vida, integridade física e patrimônio, pelos efeitos indiretos da grave epidemia social (e mundial) que se alastra por todas as camadas.

1.1.4 - TRÁFICO E ENTREGA A CONSUMO DO ENTORPECENTE

O disposto no artigo 12 da Lei n. 6.368/76, como os demais artigos

que sucedem, é uma norma penal em branco, que se completa com o rol de drogas que o Serviço Nacional da Fiscalização de Medicina e Farmácia (SNFMF) estabelecer, com base nas Convenções Internacionais que o Brasil subscreveu. Trata-se da Convenção Única de Nova York, de 1961, ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto n. 54. 216, de 27.08.1964, e da Convenção de Viena de 1971, que completou a anterior, em vigor desde o dia 16.08.1976 e promulgada pelo Decreto n. 79.388, de 14.03.1977. É o SNFMF quem estabelece o objeto material do preceito penal, que se refere apenas, genericamente, a “substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica”. Consoante a Organização Mundial de Saúde, a dependência é “resultante da administração de tal droga em base contínua ou periódica”.

O tipo misto alternativo do art. 12, **caput**, contém extenso rol de condutas exemplificativas, encerrando-se com uma fórmula genérica, que é a entrega da droga a consumo, por qualquer forma. **Importar** é introduzir no território nacional a droga, consumando-se o crime quando forem cruzadas as nossas fronteiras, inclusive no mar territorial. **Exportar** é remeter do país para o exterior, por via terrestre, aérea ou marítima. A importação e a exportação de drogas previstas como modalidades de contrabando pelo art. 334 do CP, são excluídos pelo presente dispositivo, que sai vitorioso no confronto aparente de normas penais, pelo princípio da especialidade.

Remeter equivale a expedir, enviar, mandar, sendo indiferente o meio de que se serve o agente para a remessa (por portador, pelo correio). **Preparar, produzir e fabricar** são condutas correlatas. Fabricar estupefacientes é o conjunto de operações para obtenção dos mesmos a partir da matéria bruta, sua purificação e a transformação de uns produtos em outros, assim como a obtenção de referidos produtos mediante síntese química (lei espanhola de 08.04.1967, art. 11). **Produzir** é obter a droga de maneiras distintas da fabricação, incluindo a plantação e o cultivo. **Preparar** é compor a droga, misturando e desando os diversos elementos que a integram.

Adquirir é obter o tóxico, não importando ser o meio oneroso ou gratuito. A aquisição pressupõe outras condutas, como ter em depósito, guardar, transportar. **Vender** é alienar, mediante o recebimento do respectivo preço. **Expor à venda** é a oferta tácita do estupefaciente ao público indeterminado. **Fornecer** é dar, entregar, a título oneroso ou gratuito. Muitas vezes o traficante fornece gratuitamente a droga, para viciar o consumidor, conquistando um novo cliente. **Oferecer** é a oferta, expressa e concreta, da droga ao consumidor determinado. Poderá ser gratuita ou onerosa. **Ter em depósito** é reter a droga à sua disposição em determinado local. **Guardar** significa deter a mercadoria, em nome de terceiro. **Transportar** equivale a deslocar o estupefaciente, de um lugar para o outro. **Trazer consigo** é “**conservar a coisa junto à própria pessoa, oculta no corpo, nas vestes ou, de qualquer outro modo, materialmente ligada ao sujeito**” (João B. Gonzaga).

Prescrever tem o sentido de receitar, como substância medicinal. A modalidade criminosa, no caso, é própria daquele que pode prescrever, principalmente o médico. A lei previu, no art. 15, a forma culposa, apenas menos gravemente pela menor incidência de elemento psicológico. **Ministrar** é aplicar, inocular, propinar a droga. A fórmula genérica encerra a enumeração exemplificativa da norma, abarcando qualquer outra forma de entrega ao consumo, similar às enumeradas.

Consuma-se o crime com a prática de qualquer das ações retroenumeradas (perigo abstrato, presumido ou hipotético). Só se aperfeiçoa a conduta se realizada “sem a autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar” (tipo anormal). A ilicitude depende, pois, de um elemento negativo: as disposições legais, contidas no texto normativo, ou regulamentares (atos administrativos do SNFMF), que condicionam a conduta delituosa.

O **elemento subjetivo** é constituído pelo dolo, representado pela vontade consciente e livre de praticar qualquer das ações incriminadoras, sabendo o agente que atua sem autorização, ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. O erro de proibição, quando evitável do art. 21, diante do rigor da lei, somente atenua a pena.

A **pena** mais severa deverá ser reservada para as modalidades mais graves do tráfico, levando-se em conta se se trata do grande traficante, de âmbito internacional, ou de mero passador. A sanção patrimonial, fixada em dias-multa, haverá de atender aos ganhos diários do agente ².

Por derradeiro, como se vê pelo comportamento da legislação pátria em relação a este delito, em suas mais variadas formas, a repressão ao uso e tráfico de substâncias entorpecentes, capazes de causar dependência física ou psíquica, dá margem a toda uma série de acontecimentos, envolvendo a responsabilidade nacional e internacional. Assim é que, a justiça e a polícia, por convenção internacional, deverão se unir para combater os perigosos “donos” das drogas, os traficantes.

Portanto, os itens que seguem demonstrarão a natureza e o conteúdo de tais comparações.

2. DIMENSÕES INTERNACIONAIS DE COMBATE AOS TÓXICOS

A cooperação internacional contra o crime, em sua origem, é um dever moral do Estado, integrado no conjunto moral do dever de assistência mútua, base do equilíbrio da Sociedade das Nações, Pode-se dizer que a cooperação internacional contra a delinquência ainda não atingiu a requerida perfeição, porque, às vezes, é impedida pela natural diversificação das leis internas dos Estados. Obstáculo maior é o problema da competência jurisdicional, regulada por princípios que variam de Estado para Estado, e que podem-se reduzir aos seguintes:

Princípio da territorialidade: a lei do país em cujo território foi cometido o crime é que há de se aplicar, baseado no próprio conceito de soberania.

² Todas as informações sobre o comportamento da legislação pátria ante a lei dos entorpecentes foram compulsadas na seguinte obra:

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **Direito penal objetivo: breves comentários ao código**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, pp. 556-559.

Princípio real ou da defesa: baseia-se na necessidade de proteger os interesses nacionais na sua existência política e econômica. Sem levar em consideração o lugar do cometimento do delito, a lei aplicável é a do país atacado.

Princípio da personalidade ou da nacionalidade: a lei do país ao qual o delinqüente pertence é que deve ser aplicada. A lei penal acompanha o nacional onde quer que ele se encontre.

Princípio da universalidade ou da Justiça mundial: segundo o qual cada Estado, como membro da comunidade internacional, deverá processar e julgar todo delinqüente capturado em seu território, qualquer que seja sua nacionalidade e lugar da execução do delito.

Certas manifestações da vida social atentam contra os interesses comuns dos Estados, atingindo não só a lei penal de uma determinada nação, como também a comunidade internacional, tais como a pirataria, o tráfico de entorpecentes, o tráfico de mulheres, etc., que são considerados como crimes cuja repressão é de interesse internacional. Em face disso e do dever moral de assistência mútua, os Estados adotaram medidas de ordem prática no sentido de um mais eficiente combate à delinqüência.

A cooperação internacional contra o crime efetiva-se tanto no âmbito policial, como no judiciário, merecendo destaque, no âmbito policial a **Organization Internationale de Police Criminale**, mais conhecida por sua sigla INTERPOL, sediada em Paris.³

Como regra geral, o Código Penal brasileiro de 1940 adota o princípio da **territorialidade** no que diz respeito à eficácia da lei penal. A lei penal é essencialmente territorial, porque é a expressão da soberania que a promulgou, no interesse da reintegração da ordem jurídica no território em que se exerce essa soberania. Todavia, adotou, de maneira excepcional, o princípio da **extraterritorialidade**, permitindo, em determinados casos, a eficácia da norma de outros países, dentro do seu território. Igualmente, em poucas hipóteses, adotou nosso Código Penal o

³ Vide LEITÃO, Wellington Rocha, *Cooperação Internacional contra o crime*. In **Revista do Curso de Direito - UFC**, Vol. 22, nº 1, Janeiro/Junho 1981, pp. 181-191.

princípio **real ou da defesa**, que não contribui à repressão da delinquência internacional e o princípio da **universalidade ou da justiça mundial**, assim como o princípio da **personalidade ou da nacionalidade**.⁴

Fugindo, assim, à regra da territorialidade, o Brasil determina que se aplique a lei brasileira aos crimes que por tratado ou convenção se obrigou a reprimir, embora cometidos no estrangeiro.

Analizando este dispositivo, ensina-nos o eminente mestre Nelson Hungria. **De fato, não mais legislação alguma de país civilizado que não reconheça em numerosos casos (dos crimes internacionais: tráfico de mulheres, comércio de entorpecentes, publicações obscenas, etc.) a competência do juiz do lugar em que se encontra o agente, para julgá-lo pelo crime cometido “extra territorium”, embora concorrente ou subsidiariamente com a do “judex loci patratii delicti” e do “judex domicilli”.**⁵

2.1 - NORMAS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE COMBATE AOS TÓXICOS

Conforme ensinamentos de Vicente Greco Filho: **apesar de o uso de substâncias entorpecentes ser tão antigo quanto a humanidade, apenas no início deste século foram feitas as primeiras tentativas de controle e repressão em âmbito polinacional.... Finalmente, em 1961, a 30 de março, firmou-se a Convenção Única de Nova York sobre Entorpecentes, que anulou as anteriores, salvo a de 1936...., ratificada pelo Brasil por instrumento depositado em 19 de junho de 1964, promulgada pelo Decreto nº 54.216, de 27 de agosto de 1964, contém cinquenta e um artigos e quatro listas de entorpecentes.**

As normas da Convenção Única sobre Entorpecentes, apesar de rigorosas, não são exaustivas, ficando permitido aos Estados a adoção

⁴ LEITÃO, Wellington Rocha, *Idem*, pp. 185-186

⁵ HUNGRIA, Nelson, *Comentários ao Código Penal. Forense*, vol. I, 1977, pp. 156/157.

de medidas mais rígidas de fiscalização, se isto for necessário para proteger, segundo sua opinião, a saúde pública...

Finalmente, a 26 de março de 1972, em Genebra, firmou-se protocolo que modifica e aperfeiçoa a Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961 (promulgado pelo Decreto nº 76.248, de 12 de setembro de 1975).⁶

2.2 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO COMPARADA

2.2.1 - CHINA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

Atualmente, os sistemas legais da maioria dos países industrializados procuram dar chances aos viciados de se recuperarem, incluindo obrigatoriedade de tratamento médico, inclusive para outros tipos de doenças, como se tem como certo, por exemplo, a Inglaterra. Essas leis são mais rigorosas com os traficantes que, em princípio, não agem sob controle da droga e não dependem dela, mas a usam para ganhar dinheiro à custa do vício dos outros.

Estatisticamente, a mais eficaz operação governamental de combate ao vício do ópio ocorreu na China, em 1949, depois que os comunistas chegaram ao poder. O governo revolucionário de Mao Tsé-tung impôs severas sentenças de rápida aplicação contra traficantes e viciados, com dispositivos visando à reabilitação destes últimos como condição para extinguir-lhes a pena. Os tratamentos envolviam a ida para campos de trabalhos forçados e educação política.

A punição oficial para o traficante e para o viciado reincidente chegou a ser a execução sumária. Essa atitude se devia ao autoritarismo do governo naquela época e ao espantoso número de viciados. Desde o tempo da imposição britânica para que a venda do ópio fosse livre no país,

⁶ GRECO FILHO, Vicente. **Tóxicos**. SP: Saraiva, 7ª ed., 1991, pp. 335-40.

a dependência de drogas foi se espalhando entre a população, a ponto de fazer a sociedade degenerar em apatia, violência e miséria.

Nos anos 80, entretanto, informações de turistas e repórteres estrangeiros têm revelado que o vício em opiáceos ainda está presente nas grandes cidades chinesas, embora não haja comentários oficiais a respeito. A proporção de viciados é, entretanto, baixa e não parece estar aumentando, devido à severidade das leis.

Não se constataram ainda no mundo casos de legalização da droga que tenham eliminado o mercado negro e o abuso de entorpecentes. Em contrapartida, também não se constataram casos em que a proibição do vício tenha acabado com ele. O fato de terem continuado a existir traficantes e viciados na China depois da imposição da pena de morte é uma prova disso.⁷

Quanto aos **Estados Unidos da América do Norte**, observa-se que a lei brasileira quase não difere da norte-americana. Em 1970, o Congresso aprovou o **Organized Crime Act**, estabelecendo penas rigorosas para os crimes como tráfico de drogas, definindo-os como crimes federais.⁸

Nos EUA, o problema das drogas é encarado pelos legisladores sob três diferentes aspectos.

1. Redução do suprimento. Quanto menos heroína clandestina estiver disponível, melhor. Isso reduz a incidência de novos viciados e leva muitos dependentes a procurar tratamento. A destruição de redes clandestinas de suprimentos de heroína e o controle do uso de opiáceos são a principal meta a ser obtida pelas leis que proíbem a venda de heroína. Mas a vigilância de toda a instituição policial dos EUA tem sido capaz de impedir a entrada de apenas 10% dos opiáceos comercializados anualmente no país.

2. Punição para traficantes e usuários. A penalização dos

⁷ ZACKON, Fred. **Tudo sobre drogas - heroína**. São Paulo: Nova Cultura, 1988, pp. 81 e 82.

⁸ BRINDEIRO, Geraldo. *O Combate à corrupção e a criminalidade no Brasil: cruzadas e reformas*. In **Arquivos do Ministério da Justiça**, p. 147.

traficantes pode reduzir o número, mas certamente demonstra que esse comércio ilegal é crônico na sociedade. Além disso, alguns traficantes fazem grandes fortunas, o que lhes confere poder econômico e político capaz de livrá-los de punições. A prisão de viciados que praticam o comércio local de droga também não intimida muitos novos pequenos traficantes - que tendem a proliferar. A maioria dos viciados-traficantes volta ao vício logo que sai da cadeia. E volta também ao tráfico. Nos EUA, calcula-se que nem existem prisões em número suficiente para reter a maioria dessas pessoas, mesmo que as sentenças sejam curtas.

3. Imposição legal de tratamento. Está provado que a reabilitação de um viciado normalmente requer supervisão e apoio contínuo de uma assistência profissional ou especializada (médicos, assistentes sociais, psicólogos, etc). Por isso foram criadas leis que permitem aos juízes ordenar que o viciado seja submetido a um tratamento, em vez de ir para a cadeia. Nesse caso, as pessoas ou instituições encarregadas desse tratamento desempenham um papel-chave no processo de reabilitação do indivíduo. Ademais, ex-viciados em heroína são recuperados com tratamentos à base de metadona, um poderoso opiáceo sintético desenvolvido na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial.

2.2.2 - A INDÚSTRIA DA MACONHA

Por ser proibida na maior parte dos países (em alguns só o porte de pequenas doses é permitido, prevendo-se punição para a venda da droga) e por ser utilizada por milhões de pessoas em todo o mundo, a maconha propicia o aparecimento de redes de comércio ilegal que rendem grandes fortunas por ano e geram corrupção em várias esferas de autoridade. A opinião pública mundial é em geral contrária à legalização da maconha e à disseminação de seu uso, mas poucas pessoas conseguem argumentar seriamente sobre o assunto devido à falta de informações. Apesar de ser usada por muitos povos durante séculos, não se estudaram ainda

adequadamente os efeitos do consumo de maconha por longos períodos. Mais pesquisas são ainda necessárias para que muitas questões a respeito da maconha possa ser completamente esclarecidas.

Nos EUA, por exemplo, após verificar que a maconha aliviava os sintomas do glaucoma de que padecia, Robert Randall ofereceu-se como cobaia num instituto de pesquisa. A eficácia da droga foi comprovada e ele passou a usá-la legalmente, abrindo precedente para outros doentes. ⁹

A parte mais difícil do tratamento é convencer o viciado a admitir que a droga é um problema para ele. Nesse ponto, o recurso aos dados objetivos da realidade é a estratégia mais eficaz. Não adianta aventar teorias sobre a maconha ou sobre o uso sagrado das drogas por alguma tribo de índios, por exemplo. O importante é demonstrar os prejuízos reais que a pessoa está tendo ao abusar de drogas (baixo rendimento escolar, problemas no trabalho, etc.) e a partir deles examinar os que ela pode vir a conseguir.

Afirma a estudiosa Miriam Cohen que:

O tráfico de maconha é uma indústria em franco desenvolvimento. A “Cannabis” é fácil de cultivar, e sua produção é abundante, conseguindo suprir facilmente o aumento do consumo nas duas últimas décadas. Segundo relatórios norte-americanos, o preço no varejo de toda a maconha vendida anualmente nos EUA chega a 8,5 bilhões de dólares. A renda anual das pessoas ou grupos envolvidos no plantio, na produção e na comercialização de maconha totaliza 6,3 bilhões de dólares.

Por ser lucrativo, o tráfico internacional da droga tem causado problemas em todo o mundo, envolvendo corrupção de indivíduos, de instituições e até de governos. Na Colômbia, na Bolívia e no Peru, por exemplo, os traficantes de cocaína usam seu dinheiro e a violência para intimidar até mesmo as autoridades do governo.

⁹ COHEN, Miriam. **Tudo sobre Drogas - Maconha**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 56.

O tráfico de drogas chega a ser um fator que interfere na economia de muitos países do Terceiro Mundo. Na Colômbia, a maconha e a cocaína produzem mais divisas que o café, o açúcar e todos os alimentos cultivados.

Nos Estados Unidos, a legislação antidroga varia de acordo com cada Estado. Na Califórnia, desde 1975, é permitido o porte de até 40 g de maconha sem que se configure crime.¹⁰

Quanto à parafernália da maconha, há outro grande negócio associado a tal indústria: a produção e venda de acessórios empregados no uso e no processamento da droga, como papel de seda ou palha de milho para fazer cigarros, máquinas de fazer cigarros, cachimbos e narguilés, piteiras, balanças para pesar a droga etc. (as piteiras são conhecidas no Brasil pelo nome de “maricas”).

Estimativas sobre a venda da parafernália da maconha nos EUA indicam um consumo da ordem de 3 bilhões de dólares por ano. Há no país cerca de 25.000 varejistas desses produtos e quase 14.000 fabricantes e distribuidores, que colocam seus produtos principalmente na Califórnia, em Nova York e na Pensilvânia.¹¹

2.2.3 - NA ALEMANHA, ITÁLIA E FRANÇA

Conforme noticiado nos jornais brasileiros dos últimos anos, o consumo dos tóxicos aumenta na Alemanha e o chanceler alemão Helmut Kohl tem declarado guerra ao narcotráfico. Desse modo, Kohl dirigiu um apelo ao Estado e à sociedade para que aprove medidas repressivas mais violentas contra as drogas. Um projeto de lei da CDU/CSU, a coalizão político-partidária que apóia o governo de Kohl, em discussão na câmara alta do Parlamento (Bundesrat), prevê o **direito de invasão de domicílio para investigação de suspeitos e amplia os poderes dos agentes policiais infiltrados nos meios mafiosos (chamados em alemão de**

¹⁰ COHEN, Miriam, op. cit., pp. 61-62

¹¹ Idem, p. 65.

“verdeckte Ermittler”).¹²

O ministro do Interior, Wolfgang Schaeuble, declarou que a abertura do Muro de Berlim desencadeou a entrada na Alemanha de uma avalanche de traficantes de drogas que trazem mercadorias de baixo preço fabricadas na Polônia (drogas sintéticas) e na União Soviética.¹³

Na Itália, a hipótese de uma eventual legalização das drogas surgiu com força nos últimos meses entre os deputados italianos, que pretendem realizar no Parlamento uma série de debates sobre as estratégias alternativas para combater o tráfico de entorpecentes e, por conseguinte, a máfia.

Entre os que apóiam esta discussão está o ministro da Justiça, Claudio Martelli, socialista, para quem, no entanto, a legalização das drogas **não pode ser uma medida tomada por um único governo nacional, sob pena de criar paraísos ou infernos artificiais.... A sede idônea é aquela onde se tomam as decisões da comunidade internacional, como a Comunidade Européia ou as Nações Unidas**”.¹⁴

Por outro lado, o ministro de Assuntos Sociais italiano¹⁵, **Adriano Bompiani (democrata-cristão), não parece muito convencido, ao alegar que a Itália está sujeita a convenções internacionais que não podem ser rompidas tomando “decisões unilaterais”**.

Na França, a repressão aos tóxicos é tão severa que, praticamente estendeu-se até aos fumantes. O decreto de aplicação da lei antifumo, publicado pela imprensa oficial em 30/05/1992, tornou o fumo quase um delito em todos os lugares públicos e os viciados têm que recuar para locais reservados.

Os que violarem a lei poderão ser punidos com multas que vão de

¹² Vide: BORN, Margarethe. *Consumo aumenta e Alemanha declara guerra ao narcotráfico*. In *Folha de São Paulo*, 13/09/1991.

¹³ *Idem*.

¹⁴ Vide: *Itália pode legalizar drogas em sua luta contra a Máfia*. In *Jornal da Cidade*. São Paulo: Bauru, 06/08/92, p. 27.

¹⁵ *Idem*.

300 a 600 francos (de 55 a 111 dólares), enquanto empresários e funcionários dos transportes que criarem espaços para os fumantes não adequados ao previsto pelo decreto (ventilação, sinalização) receberão multas de 1.200 a 3.000 francos (220 a 555 dólares).¹⁶

À conclusão, confirmando a posição da grande corrente do pensamento científico no mundo das Américas, afirmou o Professor René Gonzales, Assessor Regional da Organização Panamericana de Saúde e de Organização Mundial da Saúde, no “Forum sobre Entorpecentes”, realizado em 1970, no Rio Grande do Sul:

Los castigos impuestos por la ley a los transgresores son usualmente severos y de ordinário no corrigen a la persona y por otra parte la ponen en contacto con antiguos delinquentes traficantes y usuarios crónicos, que la estimulan a perpetuarse en el hábito y de adquirir dependencia a otras substancias.

... Donde se há observado el cambio más radical en leyes y actitudes ha sido en el caso del alcoholismo: en casi todos los países el alcohólico es considerado un enfermo y es tratado en hospitales y clinicas. El alcohólico es juzgado solamente por los delitos que comete, no por el hecho de que ingiera alcohol.¹⁷

3. CÓDIGOS PENAIIS ÍBEROAMERICANOS

Não é fácil, na verdade, qualificar os Códigos Íberoamericanos em antigos e modernos em razão de sua cronologia. Na Europa é possível fazê-lo. Os anteriores ao século XX são velhos, os novos são aqueles que, a partir do Código Noruego de 1902, entram em vigência neste século. A entrada na lei do sujeito criminologicamente considerado e a adoção de

¹⁶ *Vide: Viciado pagará caro na França. In Jornal da Cidade.* São Paulo: Bauru, 31/05/1992, p. 28.

¹⁷ FAYET, Ney. *Lei anti-tóxicos: reparos e sugestões para o art. 314 do novo código penal. In Estudos Jurídicos* - Revista da escola de direito da universidade do Vale do Rio dos Sinos - São Leopoldo - Rio Grande do Sul, vol. II, nº 4, 1972, p. 58.

medidas de segurança, separam o antigo do moderno.

Na América isto não acontece. Há Código promulgado mesmo dentro do século XX, como o de El Salvador de 1904, que tem feição muito antiga, pois, não somente, segue às fórmulas do espanho de 1848, mas, também, conserva reminiscência do primeiro Código penal da Espanha: o de 1822.

Com esta advertência e sem queremos dizer que os posteriormente sancionados são, na verdade, “novos”, adotaremos a faixa de 1910, para separar os Códigos antigos dos modernos.

Desse modo, a história da codificação iberoamericana, repartindo-se os Códigos penais em antigos e novos, enumera. Entre os primeiros incluímos o da Bolívia de 1834, o do Haiti de 1835, o do Chile de 1874, o da República Dominicana de 1884, o da Nicarágua de 1891, o de Porto Rico de 1902, o de El Salvador de 1904, o de Honduras de 1906 e o do Paraguai de 1910. Os modernos são: o argentino de 1922, o panamenho do mesmo ano, o peruano de 1924, o venezuelano de 1926, o mexicano de 1931, o uruguaio de 1933, o cubano de 1936, o colombiano do mesmo ano, o guatemalteco da mesma época, o equatoriano de 1938, o brasileiro de 1940 (com a reforma da Lei N. 7.209/84) e o costariquense de 1941.

Outra advertência se impõe: apenas apresentaremos as normas referentes à entorpecentes, seguindo a orientação dos Códigos antigos e modernos que estão vigentes, a título de comparar-se a legislação, sem contudo, adentrarmos a todas as reformas posteriores às datas acima mencionadas.

Por derradeiro, é mister destacar-se que a imensa maioria dos Códigos Íberoamericanos tomaram como base o Código penal espanhol, ou o transcreveram mais ou menos literalmente. Por isso, muitos textos inclusos dos textos modernos conservam rastros da velha tradição espanhola, porque os Códigos inovadores deixaram como subsistentes numerosos artigos dos primeiros Códigos. Além dessa influência, tem-se o Código Penal da Itália promulgado em 1889, que também teve enorme influência nos textos iberoamericanos. Por fim, ao positivismo deve-se o

afã hispanoamericano de substituir seus Códigos vigentes, por aqueles das faixas mais recentes.¹⁸

3.1 - CÓDIGO PENAL DE LA ARGENTINA

LIBRO SEGUNDO

De los delitos

TÍTULO VII

Delitos contra la seguridad pública

CAPÍTULO IV

Delitos contra la salud pública

Envenenar o adulterar aguas potables o alimentos o medicinas

Art. 200 - Será reprimido con reclusión o prisión de tres a diez años, el que envenenare o adulterare, de un modo peligroso para la salud, aguas potables o sustancias alimenticias o medicinales, destinadas al uso público o al consumo de una colectividad de personas.

Si el hecho fuere seguido de la muerte de alguna persona, la pena será de diez a veinticinco años de reclusión o prisión.

Art. 201 - Las penas del artículo precedente, serán aplicadas al que vendiere, pusiere en venta, entregare o distribuyere medicamentos o mercaderías peligrosas para la salud, disimulando su carácter nocivo.

Art. 202 - Será reprimido con reclusión o prisión de tres a quince años, el que propagare una enfermedad peligrosa y contagiosa para las personas.

¹⁸ A fonte de informações, traduzidas livremente do espanhol neste trabalho, é de: ZACARÉS, Francisco Carsi. **Códigos penales iberoamericanos, según los textos oficiales - Estudio de legislación comparada**, por LUIS JIMÉNEZ DE ASÚA. Caracas: Editorial "Andrés Bello", vols. 1º e 2º, 1946. Assim, os artigos citados dos textos oficiais dos referidos códigos, foram transcritos no original, por fidelidade lingüística.

Art. 203 - Cuando alguno de los hechos previstos en los tres artículos anteriores, fuere cometido por imprudencia o negligencia o por impericia en el propio arte o profesión o por inobservancia de los reglamentos u ordenanzas, se impondrá multa de quinientos a dos mil pesos, si no resultare enfermedad o muerte de alguna persona y prisión de seis meses a dos años, si resultare enfermedad o muerte.

Art. 204 - Será reprimido con prisión de seis meses a dos años, el que, estando autorizado para la venta, venda o entregue o suministre **alcaloides o narcóticos sin receta médica**. En la misma responsabilidad incurrirán el médico que recete y el farmacéutico o empleado que los despachen en dosis mayores que las que señala la Farmacopea (*grifos nossos*).

En caso de que la venta o entrega o suministro sea hecho por persona no autorizada para la venta de sustancias medicinales, la pena será de três meses a un año de prisión.

Los que no estando autorizados para la venta, *tengan en su poder las drogas a que se refiere esta ley y que no justifiquen la razón legítima de su posesión o tenecia, sufrirán la misma pena (grifos nossos)*.

Será reprimido con multa de 500 a 2.000 pesos el que, estando autorizado para la venta de sustancias medicinales, las suministrare en especie, calidad o cantidad no correspondiente a la receta médica o diversas de la declarada o convenida.

En cualquiera de los casos previstos por este artículo, la pena será de tres a quince años de prisión, si resultare la enfermedad o muerte de alguna persona.

.....

Art. 207 - En el caso de condenación por un delito previsto en este capítulo, el culpable, si fuere funcionario público o ejerciere alguna profesión o arte, sufrirá, además, inhabilitación especial por doble tiempo del de la condena. Si la pena impuesta fuere la de multa, la inhabilitación especial durará de un mes a un año.

O texto do artigo 204 está de acordo com as modificações

estabelecidas pelas Leis nº 11.309 de 2 de julho de 1924 e nº 11.331, de 29 de julho de 1926. (Nota da Editora).¹⁹

3.2 - CÓDIGO PENAL DE BOLÍVIA

LIBRO SEGUNDO

De los delitos contra el Estado

TÍTULO IV

De los delitos contra la salud pública

CAPÍTULO III

De los que venden géneros medicinales sin ser boticarios

Art. 278 - Ningún droguero, especiero, comerciante ni otra persona que no esté legítimamente autorizada podrá vender, distribuir ni suministrar de modo alguno gêneros medicinales, como no sean simples, enteros y por mayor de cuarterón arriba, so pena de una multa de veinticinco a docientos pesos.

Art. 279 - Tampoco podrá persona alguna vender, distribuir, ni suministrar minerales venenosos, como arsénicos, refaljar, oropimente, sublimado y demás, sino a médicos, cirujanos, boticarios, veterinarios, artistas, fabricantes, naturalistas o establecimientos de instrucción que necesiten de ellos para su industria o instituto, y tengan licencia de comprarlos, dada por la autoridad local. Pero aun en este caso, nunca se entregarán a nadie sino hajo de recibo del comprador, com expresión del nombre, apellido, lugar, casa y número de la residencia de éste. Si el comprador no supiere escribir, el vendedor apuntará todas estas circunstancias en el registro o livro que siempre debe llevar, donde por días siente com toda especificación la entrada y salida de dichos minerales

¹⁹ Como se vê, o C.P. da Argentina nada dispõe sobre o dependente viciado em drogas.

venenosos, a fin de que eb tiempo y ocasión pueda saber-se, cómo, cuándo em qué personas se vendieron. Además el dueño del almacén, tienda o establecimiento los tendrá colocados, en paraje seguro y cerrado, cuya llave mantendrá él mismo constantemente en su poder. El que dejare de observar cualquiera de esas formalidades, pagará una multa de diez a cien pesos.²⁰

3.3 - CÓDIGO PENAL DE COLOMBIA

LIBRO SEGUNDO **TÍTULO VIII**

CAPÍTULO II

Delitos contra la salubridad pública

Art. 270 - Al que de modo clandestino o fraudulento, elabore, distribuya, venda, o suministre, aun cuando sea gratuitamente, sustancias narcóticas, o las mantenga en su poder con los mismos fines, se le impondrá prisión de seis meses a cinco años y multa de cincuenta a mil pesos.

La sanción se aumentará hasta en una tercera parte, si tales sustancias se suministran o venden a menores de edad o a personas que habitualmente usaren de ellas.

Art. 271 - Al que destine casa, local o establecimiento, para que allí se haga uso de drogas heroicas o estupefacientes, o permita en ellos tal uso, se le impondrá arresto de tres meses a cinco años y multa de cincuenta a mil pesos.

Art. 272 - Si alguno de los hechos de que tratan los artículos anteriores fuere ejecutado por comerciantes, farmaceutas o boticarios, directamente o por interpuesta persona, en establecimientos de su propiedad, se les impondrá además la clausura del respectivo establecimiento hasta por dos años.

²⁰ Há, como se observa, na legislação da Bolívia, um tratamento genérico sobre substâncias perigosas à saúde. Idem quanto à Colômbia e Costa Rica.

3.4 - CÓDIGO PENAL DE COSTA RICA

LIBRO SEGUNDO: PARTE ESPECIAL ***TÍTULO VI - Delitos contra la seguridad pública***

CAPÍTULO IV

Delitos contra la salud pública

Art. 26 - Las penas del artículo anterior se aplicarán al que, disimulando el carácter nocivo del artículo, vendiere o pusiere en venta medicamentos o mercaderías peligrosas para la salud.

Art. 329 - Será reprimido con multa de trescientos sesenta a mil quinientos colones, el que estando autorizado para la venta de sustancias medicinales, las suministre en especie, calidad, cantidad o proporciones que no sean las de la prescripción médica o diversa de la declarada o convenida.

Si del hecho enfermedad o muerte de alguna persona, la pena será, en el primer caso, de dos a seis años de prisión, y, en el segundo, de cuatro a doce años, y, además, en ambos casos, inhabilitación de uno a cuatro años para el ejercicio del comercio o profesión en que se ocasionó el hecho.

3.5 - CÓDIGO DE DEFENSA SOCIAL DE CUBA

LIBRO SEGUNDO: DE LOS DELITOS ***TÍTULO IX - Delitos contra la vida y la integridad corporal y la salud***

CAPÍTULO VIII

Delitos contra la salud

Sección 3ª - Adulteración de alimentos y medicinas, tráfico y uso de drogas

Art. 461 - C) El que sin haberse provisto de la correspondiente licencia o autorización, elaborara sustancias nociavas a la salud, o las

despachare, vendiere o comerciare o traficare con ellas sin cumplir las formalidades legales, será sancionado con privación de libertad de seis meses y un día a dos años y multa de cien a doscientas cuotas.

D) Si se tratare de drogas tóxicas o estupefacientes, la sanción será de privación de libertad de uno a cuatro años y multa de cien a trescientas cuotas.

E)²¹**La simple tenencia de drogas tóxicas o estupefacientes - sin autorización legal o prescripción facultativa, será sancionada cuando no se trate de toxicómanos habituales**, con privación de libertad de seis meses y un día a dos años y multa de cien a doscientas cuotas (*grifos nossos*).

Art. 462 - El profesional autorizado para recetar o facilitar drogas tóxicas o estupefacientes, que las recetare o facilitare sin fin terapéutico, será sancionado con suspensión de seis meses y un día a dos años, y multa de sesenta a doscientas cuotas y en caso de reincidencia con interdicción especial de dos a seis años, y multa de cien a doscientas cincuenta cuotas.

3.6 - CÓDIGO PENAL DE CHILE

LIBRO SEGUNDO: CRÍMENES Y SIMPLES DELITOS Y SUS PENAS

CAPÍTULO VI - De los crímenes y simples delitos contra el orden y la seguridad públicos cometidos por particulares

§ 414° - Crímenes y simples delitos contra la salud pública

Art. 313 - El que, sin hallarse competentemente autorizado, elaborare sustancias o productos nocivos a la salud o traficare en ellos, estando prohibidos su fabricación o tráfico, será castigado con reclusión menor en su grado medio y multa de ciento e quinientos pesos.

²¹ Em Cuba, como acima transcrito, não é punido o considerado toxicômano habitual, isto é, o dependente.

Art. 314 - El que hallándose autorizado para la fabricación o tráfico de las sustancias o productos expresados en el artículo anterior, los fabricare o expendiere sin cumplir con las formalidades prescritas en los reglamentos respectivos, sufrirá las penas de reclusión menor en su gradi mínimo y multa de ciento e trescientos pesos.

Art. 315 -

Las disposiciones de este artículo y del anterior son aplicables a los que trafiquen con las sustancias o productos expresados en ellos, y a los dependientes de los drogiustas, cuando fueren los culpables.²²

3.7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OUTROS CÓDIGOS ÍBEROAMERICANOS

Como um grande número dos códigos penais iberoamericanos, o do Haiti e Honduras são omissos quanto ao tratamento da matéria. O Código Penal Mexicano trata do assunto, proibindo o tráfico de tóxicos entre os Delitos contra a Saúde, no capítulo denominado: **De la tenecia y tráfico de enervantes**, considerando como drogas proibidas aquelas determinadas pelo Código Sanitário dos Estados Unidos Mexicanos e demais regulamentos expedidos pelo Departamento de Salubridade, não excepcionando o viciado. O Nicaragüense apenas se refere no artigo 558, § 2º a: **las bebidas o comestibles deteriorados o nocivos**. Da mesma forma, o Código Penal do Panamá, no capítulo sobre: **De los delitos contra la salubridad pública**.

Por último, também são omissos os Códigos Penais da Venezuela, Paraguai e Peru. O Código Penal de Porto Rico, genericamente, alude à substância nociva à saúde, no artigo 338; o Código Salvadorenho, idem, no artigo 268 e, o Código Penal do Uruguai, genericamente, no artigo 220 trata de substâncias perigosas à saúde.

²² Como outros códigos retro descritos, também o Código Penal Chileno é omissos, referindo-se, de modo genérico, a produtos nocivos à saúde. Por outro lado, o Código Penal Dominicano nada dispõe sobre o assunto, tampouco o Código Penal Equatoriano, acerta das substâncias entorpecentes, O.C.P. Guatemalteco, genericamente, fala em substâncias nocivas à saúde, etc.

4 - CONCLUSÃO

Em face do exposto, vê-se com certo pessimismo a orientação que vem sendo dada a tão intrincado problema social e jurídico porque, na verdade, ela não segue a diretriz que se impõe, em razão do tratamento diferenciado aos entorpecentes pelos vários países do mundo. Fala-se na falência da repressão e que esta deveria ser substituída por um sistema de reeducação dos que delinquem; por outro lado, aqueles que divergem de tal orientação, gritam pela pena de morte para os traficantes.

Na verdade, afirma Sebastião Lintz:

A sociedade atual prima pelo desrespeito das normas sociais e morais: o egoísmo e o orgulho campeiam; e cada uma para si custe o que custar; as riquezas e a falta de solidariedade humana; o protecionismo aviltrante, a hipocrisia e a injustiça; a falta de compreensão do ser humano, tornando-se mais difícil a convivência; a dificuldade econômica, o vício, a infração, o desemprego e a desproteção ao homem do campo; a falta de altruísmo e os problemas familiares e de educação; a ambição desenfreada e o desejo de lucro fácil; a falta de assistência; os impulsos sexuais: ontem o biquini, hoje o “topless”, amanhã o nudismo; a desfaçatez de políticos imundos, com a liberalidade da Lei Fleury, unicamente para proteger os sanguinários da opressão e que criaram condições para a violência, etc., são outros fatores que psicologicamente influem negativamente. Ora, diante disto parece-nos absurdo “proteger a efetiva e permanente regeneração de delinqüentes e violentos antes que seja alcançada a regeneração da própria sociedade”.²³

De qualquer forma, como se vê, diariamente, pelos meios de comunicação, o uso indevido de drogas vem aumentando na Europa, nos Estados Unidos da América do Norte, no Brasil. É explorado pelo crime mais rico, mais organizado, de escala internacional e desenvolvido sob uma conspiração de silêncio, usuário-doente-habitual, tanto interessado

²³ LINTZ, Sebastião. *Violência*. In *Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, v. 9, 1º sem. 1972, pp. 131-132.

no ato ilícito quanto o traficante-profissional do crime. Por todas essas razões, o sucesso da prevenção e da repressão dependem cada vez mais de convenções, atos, acordos, protocolos entre Nações, estimulados pelos organismos internacionais. Esse mal, dado circunstâncias históricas e geográficas especiais, poderá causar prejuízos ao Brasil, tanto quanto os opiáceos (ópio, morfina, heroína, etc), causaram aos Estados Unidos da América do Norte. Portanto, é de recomendar-se à América Latina, a necessidade de unir esforços objetivando a prevenção e a repressão, suprimindo o plantio da coca, criando substituições-opções agrícolas (e outras mais econômicas) nas regiões envolvidas, com a melhoria do padrão de vida dos habitantes dessas regiões próximas ao Brasil, erradicasse a necessidade da mascação da folha de coca.

Ainda, no que diz respeito ao tráfico de heroína, principalmente nos países europeus, os principais jornais de alcance internacional criticaram a atuação da Holanda, quanto à liberdade franca em relação aos entorpecentes, referindo-se à adoção de tal liberdade como “a desastrosa reputação adquirida por Amsterdam como um centro de tráfico de heroína”.²⁴

Por fim, conforme ficou demonstrado no exame da legislação comparada, muito embora a norma brasileira especial (**Lei N. 6.368/76**) apresente acentuadas falhas, ensejando acirrada polêmica, segundo o ilustre jurista, Professor Doutor Dirceu de Mello²⁵, dentre os países elencados neste singelo trabalho de pesquisa, é, indubitavelmente, vanguardeira, a legislação pátria, sobre tão complexo problema mundial, como o relativo aos *entorpecentes*. Como se observou, somente o Brasil, os Estados Unidos da América do Norte e Cuba, dentre os analisados, incorporaram o “*tráfico de entorpecentes*” definitivamente à legislação

²⁴ Vide: Editorial. In The British Journal of Addiction to alcohol and other drugs. Great Britain: Longman, vol. 72, number 1, March 1977, (Tradução nossa - no original: As regards the problem of heroin trafficking, some interesting development have recently been reported, for example in recent article in “The Journal”.... Referring to the recent “disastrous reputation acquired by Amsterdam as a centre of the heroin traffic”).

²⁵ Aula proferida pelo respeitável desembargador, **Doutor Dirceu de Mello**, no Curso de Especialização, *lato sensu*, junto ao Centro de Pós-Graduação da Instituição Toledo de Ensino, em Bauru-SP, no primeiro semestre de 1994.

e passaram a considerar a **toxicomania** como uma doença. Evidentemente, os textos normativos protetivos referem-se ao usuário eventual, ou ao portador de uma doença de notificação compulsória, o dependente, ou “**viciado**”, como querem outros.

À derradeira, o mérito maior do diploma brasileiro foi o de ter rompido definitivamente com o Código Penal, passando esse assunto a ser tratado com exclusividade pela lei extravagante, tendo sido a preocupação do legislador pátrio a de preservar a situação do usuário ocasional e a do dependente, distinguindo-os do traficante, para efeitos de penação.

Infelizmente, na prática, o que acabou acontecendo, como é notório, é que, de certa forma, os traficantes ficaram beneficiados por tal medida. Isto porque, dada à exigüidade do tempo, os antecedentes criminais do traficante delongam e, como consequência, são eles, via de regra, sentenciados como “**primários**”, o que nos faz lembrar o orador Cícero, em suas famosas **CATILINÁRIAS: *Ad quantum abutere Catilina patientia nostra?***

5. BIBLIOGRAFIA

- BRINDEIRO, Geraldo. *O Combate à corrupção e a criminalidade no Brasil: cruzadas e reformas*. In **Arquivos do Ministério da Justiça**, p. 147.
- BORN, Margarethe. *Consumo aumenta e Alemanha declara guerra ao narcotráfico*. In **Folha de São Paulo**, 13/09/1991.
- COHEN, Miriam. **Tudo sobre drogas - maconha**. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 56.
- COSTA JÚNIOR, Paulo José da. **Direito penal objetivo: breves comentários ao código**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989.
- DOURADO, Luiz Ângelo. **Ensaio de psicologia criminal**. Rio de Janeiro, 1969, p. 59.

- FAYET, Ney. *Lei anti-tóxicos: reparos e sugestões para o art. 314 do novo Código Penal*. In **Estudos Jurídicos** - Revista da escola de direito da universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, Rio Grande do Sul, vol. II, nº 4, 1972.
- GRECO FILHO, Vicente. **Tóxicos**. São Paulo: Saraiva, 7ª ed., 1991.
- HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. Forense, vol. 1, 1977.
- JORNAL DA CIDADE. **Itália pode legalizar drogas em sua luta contra a Máfia**. São Paulo: Bauru, 06/08/92.
- _____. **Viciado pagará caro na França**. São Paulo: Bauru, 31/05/1992.
- LEITÃO, Wellington rocha. **Cooperação Internacional contra o crime**. In **Revista do Curso de Direito - UFC**, vol. 22, nº 1, Rio de Janeiro, junho 1981.
- LINTZ, Sebastião. **Violência**. In **Revista do Curso de Direiot da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 9, 1º sem. 1972.
- THE BRITISH JOURNAL OF ADDICTION TO ALCOHOL AND OTHER DRUGS. **Editorial**. Great Britain: Longman, vol. 72, number 1, March 1977.
- ZACARÉS, Francisco Carsi, (coordenação). **Códigos penales iberoamericanos, según los textos oficiales - Estudio de legislación comparada** por LUIS JIMÉNEZ DE ASÚA. Caracas: Editorial "Andrés Bello", vols. 1º e 2º, 1946.
- ZACKON, Fred. **Tudo sobre drogas - heroína**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.